

Lucio Flavio Pinto

Meio tempo

Se for esgotado o tom emocional da disputa pela permanência dos garimpeiros em Serra Pelada, restará uma questão prática e complexa para resolver: como organizar o sistema de produção?

A estrutura governamental, mais ou menos monolítica e com liderança claramente identificada, desmoronou e suas ruínas exibem seqüelas talvez insanáveis. A Docegeo afastou-se da área, deixando apenas alguns funcionários já adestrados na compra e avaliação do ouro, mas agora sob o comando da Caixa Econômica Federal. De uma forma absolutamente discreta, a Polícia Federal também saiu de Serra Pelada, não mais se pondo às contradições da postura governamental multifacetada (em suas dimensões administrativa e política, completamente antagônicas no episódio).

Este sintomático e duplo abandono terá suas implicações. Os defensores da reabertura do garimpo e da revisão do decreto de lavra assumiram uma pesada responsabilidade: eles avalizaram as condições de segurança do garimpo. O que ocorrer, deles será cobrado.

Para que a garimpagem possa ser reiniciada, vai ser necessário gastar os próximos dois meses e algo em torno de 12 bilhões de cruzeiros no rebaixamento dos barrancos. Nas duas vezes em que esse serviço foi executado, o Banco Central pagou a conta. Agora, ela será entregue diretamente aos garimpeiros. Mas é óbvio que a empresa já acertada para fazer a terraplenagem não assinará um contrato com 40 ou 50 mil pessoas. Provavelmente o contratante será a cooperativa, que estava com seu processo no Incra pendente da avaliação do DNPM. Com o desmembramento, a cooperativa poderá ter o endosso do DNPM.

Através da integralização de seus associados, a Cooperativa pagará o rebaixamento e depois irá descontar 5% da produção de ouro. Mas não será um esquema muito simples. Para que os 5% cobrissem a terraplenagem, Serra Pelada teria que produzir, neste ano, 12,3 toneladas de ouro. Como só será possível trabalhar cinco meses em 1984 (na mais otimista das hipóteses), o garimpo deverá manter uma produção média mensal superior a 2,4 toneladas, batendo todos os recordes anteriores (de 2,2 toneladas mensais). A produção de ouro do ano passado, com um ritmo intenso de trabalho, foi de 13,9 toneladas, a maior já alcançada nos quatro anos de funcionamento de Serra Pelada.

Não será, portanto, uma tarefa simples. Se Serra Pelada fosse de fato uma estrutura produtiva homogênea, seria fácil, a partir de uma comparação custo-receita, concluir que os exploradores das catas teriam prejuízo. Só de salários, uma

cata deve estar exigindo quatro milhões de cruzeiros ao mês. Incluindo outras despesas, quem quiser manter o seu barranco em produção terá que desembolsar 10 milhões de cruzeiros todo mês. Quantas catas têm esse rendimento?

Poucas. Das quase 14 toneladas de ouro produzidas no ano passado, praticamente três toneladas saíram de 38 ou 42 catas de um único proprietário, que faturou o equivalente a 40 milhões de dólares (60 bilhões de cruzeiros de hoje). Esta situação dá a um reduzido grupo um grande poder, tanto econômico quanto de pressão política. Eles sustentam a campanha porque só eles, controlando muitas catas conseguem realmente ter lucro.

A questão de Serra Pelada não se limita a saber se os garimpeiros continuarão lá ou não. A opinião pública conhece poucas informações para ter um julgamento acabado e, infelizmente, o jogo é praticado na base das cartas sonegadas, do blefe. A causa dos garimpeiros é simpática e, sob a ótica individual, completamente justa. Mas o garimpeiro é apenas uma peça do jogo — e não é dotada de autonomia, que comanda as iniciativas.

A simpatia e as declarações de intenções ou os discursos políticos ofuscam a exata compreensão da realidade. Saindo de uma situação difícil, o governador Jader Barbalho conseguiu ser aplaudido ao falar, ontem, para os garimpeiros em Marabá. Um dia antes a recepção cordial e até efusiva parecia impossível, pois, afinal, o deslocamento de tropa fora determinado pelo Estado. Mas Jader transferiu a responsabilidade para o governo federal e garantiu jamais ter pensado em levar a PM a praticar violência.

Foi um discurso simpático para os garimpeiros, aproveitando-se de um clima que saía da nervosa tensão para a otimista expectativa. Mas também não ilumina o problema. Já calejado por outras experiências traumáticas, como a da Capemi e, principalmente, a do Pacal, Jader está se especializando na arte de inverter a tendência dos problemas, que, originados da ação federal, sobram para o Estado quando adquirem a configuração policial. Nesse nível, é iminente o risco de desgaste político e ameaças de intervenção.

É claro que, em tais circunstâncias, o Governador não está muito interessado em aprofundar o conhecimento, mesmo porque o seu campo de atuação é bastante reduzido, restando-lhe mais o protesto do que a ação. Mas, dessa forma, os problemas apenas vão sendo empurrados com a barriga. E enquanto eles crescem cada vez mais, a barriga vai se tornando insuficiente para deslocá-los. O Pará vai se tornando, assim, um conjunto de questões explosivas de solução incerta e não sabida.